

Ética, sustentabilidade e interdisciplinaridade: balizas para a extensão universitária

Zildo Gallo¹

RESUMO

A extensão universitária deve ter como parâmetro o tripé constituído pela ética, pela sustentabilidade e pela interdisciplinaridade. Nem todas as concepções de extensão podem cumprir essa exigência. A concepção assistencialista e a concepção mercantilista não respondem adequadamente aos imperativos do tripé, por conta de seus enfoques parciais e fragmentados. Já a concepção acadêmica tem condições de atendê-los, por conta da integração entre ensino, pesquisa e extensão e de estabelecer uma relação dialógica entre universidade e sociedade.

ABSTRACT

The university extension should have as its parameter the tripod made by ethics, sustainability and interdisciplinarity. Not all extension conceptions can meet this demand. The assistance and mercantile conceptions do not respond to the imperatives of the tripod due to their partial and fragmented focuses. Though, the academic conception has conditions to meet those requirements because of the integration between education, research and extension and also because of establishing a dialogical relationship between university and society.

PALAVRAS-CHAVE:

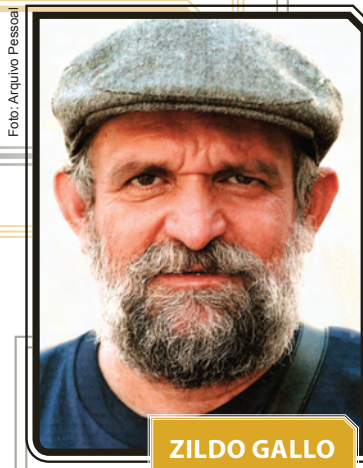
extensão universitária; interdisciplinaridade; ética; desenvolvimento sustentável.

KEYWORDS:

University Extension; Interdisciplinarity; Ethics; Sustainable Development.

O presente artigo tem a pretensão de analisar a extensão universitária com o objetivo de avaliá-la enquanto lócus da realização da ética, da sustentabilidade e da interdisciplinaridade. Para tanto, analisa-se, na primeira parte, a questão da ética, entendendo que ela é necessária para sedimentar a relação harmoniosa dos homens entre si e destes com a natureza. O artigo busca demonstrar, ainda, que também é necessária e urgente a construção de uma ética planetária. Na segunda parte, apresenta-se a

“PRIMEIRAMENTE, É PRECISO CONCEITUAR ÉTICA E DIFERENCIÁ-LA DE MORAL. A ÉTICA É PARTE CONSTITUINTE DA FILOSOFIA.”



ZILDO GALLO

evolução da questão da sustentabilidade do desenvolvimento econômico, entendendo que ele tem que obedecer ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras. A terceira parte trata da questão da interdisciplinaridade, partindo do entendimento que a fragmentação do conhecimento é uma das causas dos males que assolam o planeta, principalmente os relacionados ao meio ambiente. Por último, na quarta parte, analisa-se a extensão universitária como lócus da realização do tripé ética-sustentabilidade-interdisciplinaridade. Para tanto, faz-se o cruzamento desse tripé com as concepções de extensão universitária, assistencialista, acadêmica e mercantilista, buscando avaliar o modelo de extensão que melhor responde ao balizamento proposto pelo tripé.

1 - SOBRE A ÉTICA

Primeiramente, é preciso conceituar ética e diferenciá-la de moral. A ética é parte constituinte da filosofia. Assim sendo, ela aborda concepções de fundo sobre a vida, o universo, a humanidade e sua trajetória existencial, estabelecendo valores e princípios fundamentais que norteiam os comportamentos dos indivíduos e dos grupos sociais. Já a moral faz parte do dia-a-dia das pessoas e das sociedades. Então, ela cuida da prática concreta dos indivíduos, que se manifesta por meio dos costumes e valores culturais estabelecidos.

A palavra ética é oriunda da palavra grega *ethos* (com épsilon; e longo), que significa morada. Todavia, não se tratava e não deve ser confundida como a morada física, a casa material; tratava-se da casa existencial. A casa existencial significava para os gregos a teia de relações entre o meio físico e os membros da comunidade. Hoje, recuperando a concepção grega, a morada não deve ser apenas a casa onde as pessoas habitam, deve ser também a cidade onde vivem, o país a que pertencem e o planeta Terra, a casa de todos.

Por sua vez, a palavra moral vem da palavra latina *mores* e significa costumes e hábitos. Na morada, os seus habitantes têm costumes, tradições, maneiras e jeitos de organizar as refeições, as reuniões, as festas, etc. Esse conjunto de costumes e tradições constitui a moral. Os gregos também chamavam a isso de *ethos*, só que escrito com a letra *eta* (e curto).

A compreensão dessas diferenças é importante. O uso corriqueiro da palavra pode esvaziar o seu significado. Há que se recuperar o sentido real da palavra ética, apartando-a do campo da moral, pois aquela deve cumprir seu papel como fator de preservação da vida e da paz na Terra. As palavras de Leonardo Boff ajudam a clarear a questão:

A partir desta compreensão estaríamos habilitados a ajuizar as várias éticas e morais existentes nas culturas mundiais. Restringimo-nos à mais vigente e hegemônica hoje, à ética e à moral capitalistas. A ética capitalista diz: bom é o que permite acumular mais com menos investimentos e em menos tempo possível. A moral capitalista concreta reza: empregar menos gente possível, pagar menos salários e impostos e explorar melhor a natureza para acumular mais meios de vida e riqueza. (2003,p.4)

Um exercício de imaginação: como seria a residência de pessoas que tivessem costumes (*mores*) tão mesquinhos? Um microcosmo com tais características tem tudo para produzir caracteres humanos (*ethos*) do mesmo tipo. Essa casa teria dificuldades para sobreviver por muito tempo, e o tempo da sobrevivência seria um tempo de guerra. Como é possível imaginar que no macrocosmo, a Terra, a sobrevivência pacífica da humanidade pode acontecer com essa “ética” e essa “moral”? A realidade diária do nosso planeta, ao que tudo indica, parece corroborar essa impossibilidade.

Ervin Laslo discorre sobre a necessidade de se construir uma ética planetária; “trata-se de um imperativo do nosso tempo”. Para ele, além da ética pessoal e da ética comparilhada no grupo social, existe ainda uma ética planetária. Laslo avalia que chegou a hora de dedicar atenção à construção de uma ética que possa ser adotada por indivíduos de todas as religiões, raças, sexos e convicções e pontua as dificuldades dessa nova construção:

Como, nos países comunistas, os ideais igualitários de Marx, Lênin e Mao falharam na prática, a mais alta expressão da ética no dia-a-dia, para a maior parte da humanidade, vem sendo o liberalismo – herança conceitual de Bentham, Locke, Hume e da escola clássica de filósofos britânicos. Aqui, ética e moralidade não têm base objetiva: as ações humanas são fundamentadas no interesse próprio, no máximo moderadas pela solidariedade altruísta (...) “Viva e deixe viver” é o princípio liberal. Você pode viver como quiser, desde que não infrinja a lei (LASLO, 2006, p.45-48).

Ele considera que, nos dias de hoje, o liberalismo contribui para um tipo de tolerância complicado. Deixar que cada um viva como quiser, desde que siga a lei, pode gerar riscos. Estes, por sua vez, podem, por exemplo, dentro da lei, consumir um pedaço desproporcional de recursos aos quais os pobres também têm direito, criando danos irreversíveis ao meio ambiente, o que de fato, já está ocorrendo. Então, Laslo propõe o seguinte:

Em vez de “viver e deixar viver”, precisamos de uma ética planetária que seja tão intuitivamente significativa e instintivamente atraente quanto à ética do liberalismo, porém mais bem adaptada às condições do planeta. Tal ética substituiria o “Viva e deixe viver”, do liberalismo, pelo “Viva mais simplesmente, para que outros possam simplesmente viver”, de Ghandi (...) Não deve ser excedida a capacidade que tem o planeta de suprir as necessidades de seus habitantes. Então, a ética planetária de que precisamos é mais bem definida assim: Viva de modo que os outros também possam viver. (LASLO, 2006,p.48)

Leonardo Boff (1999, p. 27-28) também defende a construção de uma ética planetária. Para ele, a casa humana não é mais o estado-nação, mas toda a Terra e “urge modelá-la de tal forma que tenha sustentabilidade para modelar um novo sonho civilizacional”. Há que se fundar um novo *ethos* para permitir uma convivência nova entre os homens e destes com todos os demais seres. A nova ética deverá nascer da essência, da natureza mais profunda do ser humano. Ocorre que a essência do homem está mais no cuidado, na compaixão, do que na razão e na vontade. Há que se resgatar a essência do humano.

¹Bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC, Campinas – Mestre (1995) e Doutor (2000) em Administração e Política de Recursos Minerais pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Foi professor da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP – (1987-2006). Atualmente é professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

2 - SOBRE A SUSTENTABILIDADE

O ano de 1972 sempre será lembrado pela sua importância para a defesa do meio ambiente. Naquele ano, foi publicado um estudo impactante e muito controvertido, denominado Limites do Crescimento, e aconteceu em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Nem a publicação do Clube de Roma nem a Conferência foram resultados do acaso, elas resultaram dos debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente, que começaram nos anos 1960 e ganharam força no início dos anos 1970.

O relatório para o Clube de Roma expôs um panorama sombrio para a humanidade, pois via-se um crescimento exponencial da população e considerava-se que a capacidade para atender o consumo chocaria com os limites dos recursos naturais. Dennis Meadows e sua equipe anunciavam o esgotamento próximo de reservas minerais, a explosão demográfica nas décadas seguintes e o crescimento exponencial da poluição e da degradação dos ecossistemas.

A proposta final do documento era neomalthusiana, em que a principal variável a ser controlada deveria ser o crescimento da população do Terceiro Mundo. Propunha, também, um modelo de crescimento global equilibrado, em que, na maioria dos casos, o crescimento econômico deveria ser reduzido a zero. Apesar do conservadorismo do texto, é importante ressaltar que o relatório trouxe para o debate considerações importantes, como a discussão sobre a capacidade de suporte da biosfera terrestre, por exemplo.

Ignacy Sachs (1993, p. 11) considera muito importante também o Encontro de Founex, na Suíça, que aconteceu em 1971, como parte do processo de preparação da Conferência de Estocolmo. Para ele, o Relatório de Founex identificou os principais tópicos da relação entre desenvolvimento econômico e ecologia, “rejeitando as abordagens reducionistas do ecologismo intransigente e do economismo estreito e rigoroso”. O relatório adotou um caminho intermediário entre as posições estremadas dos neomalthusianos e cornucopianos.

Os primeiros acreditam que o mundo está superpovoado e condenado ao desastre, seja pela exaustão dos recursos naturais ou pela sobrecarga de poluição. Já os cornucopianos acreditam na capacidade de superação da escassez e na solução da poluição por meio da tecnologia. Trata-se do debate estremado entre os que enxergam a catástrofe inevitável contra aqueles que cultivam uma fé cega na ciência e na sua aplicação, a tecnologia.

Três meses após a publicação do relatório do Clube de Roma, aconteceu em Estocolmo, Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, onde foram debatidos temas ligados à economia e à proteção ambiental.

Pouco mais adiante, no ano de 1974, tornou-se pública a Declaração de Cocoyoc, que resultou de uma reunião do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que se realizou no México. Ela contribuiu com o debate sobre desenvolvimento e meio ambiente, destacando três hipóteses: a) o crescimento populacional tem como uma das causas a falta de recursos de todo tipo, a pobreza gera desequilíbrio demográfico; b) a destruição do meio ambiente na África, na Ásia e na América Latina é resultado da pobreza que leva a população pobre à superutilização do solo e dos recursos vegetais; c) os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento pelo nível de consumo exagerado (BRÜSEKE, 2003, p. 31-32).

Na década de 1970, travaram-se muitas discussões sobre revisões do conceito de desenvolvimento. Alternativas que incluíam a preservação ambiental foram definidas como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento alternativo, entre outros.

Maurice Strong foi quem usou pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento e foi Ignacy Sachs (1986) quem acabou formulando os seus princípios básicos. Já Brüseke (2003, p. 31), integrou seis aspectos básicos que deveriam orientar o crescimento econômico: 1) a satisfação das necessidades básicas; 2) a solidariedade com as futuras gerações; 3) a participação da população envolvida; 4) a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais; 5) estruturação de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas; 6) programas de educação.

Ao contrário do ecodesenvolvimento, que viveu um curto período, o desenvolvimento sustentável, seu contemporâneo, perdurou. Isso aconteceu, talvez, em função de ter sido adotado em documentos como o Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland, 1987) e o Informe da Comissão de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (1991). Sua definição mais conhecida está registrada em Nosso Futuro Comum: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (1991, p. 46).

Segundo Brüseke (2003, p. 33), o Relatório Brundtland expõe um rol de medidas a serem tomadas pelo Estado para que aconteça o desenvolvimento sustentável: 1) manutenção de nível populacional sustentável; 2) garantia de alimentação a longo prazo; 3) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; 4) diminuição do consumo de energia e adoção de tecnologias baseadas em fontes renováveis; 5) aumento da produção industrial nos países não industrializados na base de tecnologias ecologicamente adaptadas; 6) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; 7) satisfação das necessidades básicas.

Como estratégia para se atingir a sustentabilidade, faz-se necessária a consideração das questões econômicas e ecológicas nos processos de tomada de decisões, já que, no mundo real, economia e ecologia estão integradas. A sustentabilidade requer maiores cuidados com os impactos das decisões. Então, mudanças fazem-se necessárias nas estruturas legais e institucionais no sentido do reforço do interesse comum. Contudo, a lei por si só não impõe o interesse comum, que requer a conscientização e o apoio da comunidade, o que implica maior participação pública nas decisões que afetam o meio ambiente.

Para se conseguir o exposto acima, a melhor maneira é a descentralização administrativa dos recursos de que dependem as comunidades locais, concedendo-lhes voz ativa sobre o seu uso, por meio do estímulo às iniciativas dos cidadãos e das organizações populares e do fortalecimento da democracia local. Para Ladislau Dowbor(1993,

“**A SUSTENTABILIDADE
REQUER MAIORES CUIDADOS
COM OS IMPACTOS DAS
DECISÕES. ENTÃO,
MUDANÇAS FAZEM-SE
NECESSÁRIAS NAS
ESTRUTURAS LEGAIS E
INSTITUCIONAIS NO
SENTIDO DO REFORÇO DO
INTERESSE COMUM.**”

p.108), “a comunidade não precisa que o governo a substitua, resolvendo os seus problemas, e sim que sejam dados os instrumentos de transformação”.

Em junho de 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). O documento mais importante que resultou do encontro foi a Agenda 21, que se trata de um programa de ação em forma de recomendações. Segundo Novaes (2005, p. 325), a Agenda 21 não é só um documento ou um receituário com fórmulas prontas para resolver todos os problemas sociais e ambientais do planeta. Ela é um processo de participação que envolve os governos, os setores da economia e a sociedade civil organizada para que, juntos, diagnostiquem os problemas, entendam os conflitos

inerentes e pactuem mecanismos para solucioná-los.

Ignacy Sachs (1993, p. 24-27) defende, em seu trabalho Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente, que devem ser consideradas no processo de desenvolvimento, de forma simultânea, cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Todas são igualmente importantes.

O desenvolvimento sustentável, como já foi visto acima, tem que obedecer ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras. Ele também exige que se explicitem os critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica. Resumindo: “apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento” (SACHS, 2004, p. 36). ■

3 - SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE

Para que se possa compreender a questão da interdisciplinaridade e, por extensão, a crise atual da Terra, uma crise que se espalha pela economia, pela sociedade e pelo meio ambiente, é preciso intentar a compreensão da crise que se abateu sobre a ciência a partir da segunda metade do século XX. Com a finalidade de se obter êxito nessa empreitada, deve-se retroceder no tempo e perscrutar lá nos primórdios da Revolução Científica, a partir do século XVII, como nasceu e se formou o atual paradigma, a moderna visão de mundo que serve de baliza à construção do conhecimento e da civilização baseada na tecnologia e na indústria.

Carlos Walter Porto Gonçalves, ao analisar a relação do homem com a natureza, que é uma questão central no paradigma ocidental, recua ainda mais no tempo. Diz ele que a separação homem-natureza é uma característica dominante no pensamento ocidental, cuja matriz filosófica localiza-se na Grécia e Roma clássicas, e que a “afirmação desta oposição homem-natureza se deu, no corpo da complexa História do Ocidente, em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais” (GONÇALVES, 1989, p. 28) .

O mundo ocidental nem sempre foi assim. Houve época em que o modo de pensar a natureza era antagônico ao da atualidade. O mundo dos filósofos pré-socráticos, nesse sentido, era bastante diferente. Nos dias de hoje, a natureza está em contraposição ao psíquico e ao espiritual. Contudo, para os gregos, até mesmo após o período pré-socrático, o psíquico também pertencia ao mundo das coisas naturais, fazia parte da physis. Na mitologia grega, os deuses não são entidades sobrenaturais, eles integram a natureza e tudo na natureza tem alma. A alma habita a physis, concede-lhe a sua inteligência e afasta da anarquia e do caos.

Gonçalves (1989, p. 29) entende que é com Platão e Aristóteles que se inicia um menosprezo pela natureza e um

maior apreço ao homem e às idéias. Todavia, segundo Carlos Gonçalves, (1989: p. 32), “foi sobretudo com a influência judaico-cristã que a oposição homem-natureza e espírito-matéria adquiriu maior dimensão”. Os cristãos afirmam que “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança”. O ser humano, então, passa a ser dotado de um privilégio em relação aos demais seres da natureza. Também com o advento do cristianismo, o Deus ocidental sobe aos céus e, instalado num lugar privilegiado, de onde tudo vê e tudo controla, atua soberano “sobre o mundo imperfeito do dia-a-dia dos mortais”.

Com o passar do tempo, durante o transcorrer da Idade Média, ao assimilar as filosofias de Platão e Aristóteles, o cristianismo consolidou definitivamente a separação entre espírito e matéria. Platão discorria que apenas a “idéia” era perfeita, em oposição à imperfeição da realidade mundana. O cristianismo medievo fará a sua leitura particular, opondo a realidade divina à imperfeição do mundo material. Com o crescimento do cristianismo, eliminando as religiões politeístas do território europeu, “os deuses já não mais habitam esse mundo, como na concepção dos pré-socráticos” (GONÇALVES, 1989, p. 32).

Contudo, foi com René Descartes, em seu Discurso sobre o Método, no século XVII, que a oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto (res cogitans versus res extensa) ficou mais completa, constituindo-se no eixo do pensamento atual. Gonçalves (1989, p. 33) ressalta dois aspectos da filosofia cartesiana que marcarão a modernidade: 1) o caráter pragmático do conhecimento em oposição à filosofia especulativa; 2) o antropocentrismo, o homem é colocado no centro do mundo e torna-se sujeito em relação aos objetos exteriores. Esses aspectos, então, criam os seguintes desdobramentos: 1) o conhecimento cartesiano passa a ver a natureza como um recurso; 2) o homem, dono do método científico, pode conhecer os mistérios da natureza e, então, tornar-se seu senhor, à imagem e semelhança de Deus.

O antropocentrismo vitorioso legitimará a capacidade humana de dominar a natureza. Então, a natureza despojada de deuses, transforma-se em objeto e, como objeto, pode ser cortada, dividida, modificada e até destruída. Com o advento da Revolução Industrial, essa concepção será levada aos extremos. O século XIX verá a vitória do racionalismo e do pragmatismo; a ciência e a tecnologia assumirão um papel central na vida dos homens, o que, com o tempo, acabará criando, segundo Gonçalves, fragmentações na ciência:

A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra e, como veremos mais adiante, tudo isso não é só uma questão de concepção de mundo. A ecologia enquanto saber e, sobretudo, o movimento ecológico tentam denunciar as conseqüências dessas concepções, embora o façam, muitas vezes, permeados pelos princípios e valores dos seus detratores. (GONÇALVES, 1989, p.35)

Pelizzoli (2002, p. 18) aponta, em Correntes da Ética Ambiental, duas idéias-chave do moderno racionalismo: 1) a autonomia e unidade da razão humana constituem-se no real fundamento do saber científico, dando-se a este fundamento o poder de fazer do mundo real o seu objeto de trabalho; 2) a objetificação da realidade pelo conhecimento possibilita uma divisibilidade ilimitada dos objetos estudados. Para ele, é dessa forma que as ciências tornam-se objetificantes e promovem a separação do ser humano em relação ao ambiente.

Assim, uma conseqüência importante da separação entre homem e natureza, promovida pela Revolução Científica, é a excessiva fragmentação das ciências. A primeira grande divisão que ocorreu foi entre as ciências naturais e as humanas. A partir daí, os dois grupos seguem cada um do seu lado, subdividindo-se continuamente e produzindo com esse movimento um amontoado de especialidades. As especializações, se por um lado estimulam um maior conhecimento sobre questões específicas, por outro lado limitam a visão do todo.

Cristovam Buarque (1993, p. 31), que fala, em A Desordem do Progresso: o Fim da Era dos Economistas e a Construção do Futuro, sobre como a separação homem-natureza influencia a ciência, diz que a economia teria facilidades para promover a integração entre homem e natureza e, dessa forma, facilitar o diálogo entre as áreas de conhecimento, mas ela não o faz. A teoria econômica costuma enxergar o mundo apenas pelo lado social. A economia relaciona-se com a natureza considerando-a apenas uma base de recursos, os recursos naturais. Falta a ela uma visão adequada do processo natural. Não é por acaso que as intervenções econômicas sobre a natureza têm criado uma infinidade de problemas.

“ A DISCIPLINARIDADE EVOLUIU PARA A MULTIDISCIPLINARIDADE E TEM EVOLUÍDO COM DIFICULDADE PARA A INTERDISCIPLINARIDADE. ”

Para Ubiratan D’Ambrósio (2006, p. 161), as ciências e as religiões são vistas como saberes concluídos no Ocidente, o que lhes confere uma arrogância própria. Para ele, “o conhecimento tem sido utilizado para justificar nossas ações, muitas vezes desencorajando críticas e dando o caráter de

verdade absoluta a certas crenças. Isso é particularmente notado no pensamento ocidental, fragmentado em disciplinas” (D’AMBRÓSIO, 2006, p. 155-156).

Contudo, D’Ambrósio (2006, p. 162) sinaliza avanços que já estão surgindo nas escolas tradicionais e nas academias. A disciplinaridade evoluiu para a multidisciplinaridade e tem evoluído com dificuldade para a interdisciplinaridade. Mas, para ele, “o verdadeiro avanço, abrindo novas possibilidades para o conhecimento, é a transdisciplinaridade”. Ela, ao assumir a inconclusão dos seres humanos, acaba por rejeitar a arrogância do saber concluído e das certezas pré-estabelecidas e, então, “propõe a humildade da busca permanente”.

4 - A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO LÓCUS DA REALIZAÇÃO DA ÉTICA, DA SUSTENTABILIDADE E DA INTERDISCIPLINARIDADE

Aps as rápidas considerações registradas acima sobre a ética, a sustentabilidade e a interdisciplinaridade, cabe agora tecer considerações sobre a extensão universitária à luz dessas balizas e das diferentes concepções de extensão que circulam no meio universitário.

Partindo da compreensão da ética como a possibilidade de convivência harmoniosa dos homens com os seus iguais e com os demais seres da natureza, é possível pensar a extensão universitária, o compromisso da universidade com o seu entorno, com a comunidade onde está inserida, a partir do seu comprometimento com a harmonia do meio, tanto no sentido de preservá-la como de estimulá-la, sempre que se fizer necessário.

A partir da compreensão da sustentabilidade do desenvolvimento econômico como um compromisso de caráter fundamentalmente ético das gerações presentes para com as gerações futuras, é possível pensar a extensão universitária como um compromisso da universidade com o futuro das gerações que convivem e conviverão no entorno onde ela está inserida. O seu compromisso com as gerações presentes não pode comprometer a qualidade da sobrevivência das gerações futuras.

Enquanto produtora e divulgadora de conhecimento, ela não pode, de forma imediatista, buscar apenas o enfrentamento rápido das questões presentes em detrimento das possíveis questões futuras. Todo o desequilíbrio ambiental decorre, de certa forma, dessa maneira de agir dos pesquisadores e criadores de tecnologias, baseada no imediatismo e no excesso de foco em alguns aspectos da realidade em detrimento de outros.

As soluções de problemas não podem gerar novos problemas, como tem ocorrido hoje. A título de exemplo disso, pode ser citada questão energética. Quando a humanidade passou a usar os combustíveis fósseis e, a partir deles, desenvolveu novos conhecimentos e novas tecnologias,

resolveram-se rapidamente e com eficiência problemas de transporte de carga e de passageiros, por exemplo, mas não se previa na época de tais desenvolvimentos as graves conseqüências da adoção dessa matriz energética. Hoje a universidade está sendo convocada para enfrentar os problemas inerentes a essa forma de produzir energia e ela não pode incorrer nos mesmos erros. Pensar sobre os acertos e os erros ajudará a universidade a agir dentro dos parâmetros da sustentabilidade.

Entendendo que as relações da universidade com os habitantes do seu entorno não devem ser fragmentadas, já que se tratam de seres inteiros, que têm um corpo físico, um espírito inteligente, uma cultura própria e participam de um determinado grupo social, a extensão universitária não pode se dar de forma fragmentada, focando apenas pedaços da realidade do seu entorno. Nesse sentido, ela

“ A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA QUE COMPÕE, JUNTO COM O ENSINO E A PESQUISA, O TRIPÉ QUE SUSTENTA A INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA TEM SIDO ALVO DE CRÍTICAS E PROPOSIÇÕES DE CARÁTER TEÓRICO E IDEOLÓGICO AO LONGO DA SUA HISTÓRIA. ”

não pode ser apenas disciplinar, atuando somente sobre fragmentos de uma realidade maior. Ela não pode reproduzir a fragmentação do conhecimento nas suas relações com a comunidade que a cerca. Já está mais que claro que a fragmentação do conhecimento científico tem sido uma fonte permanente de problemas. As crises ambientais são bons exemplos disso.

A extensão universitária que compõe, junto com o ensino e a pesquisa, o tripé que sustenta a instituição universitária tem sido alvo de críticas e proposições de caráter teórico e ideológico ao longo da sua história. A discussão sobre as diferentes concepções de extensão universitária pode lançar luz sobre o seu potencial para a realização do tripé ética-sustentabilidade-interdisciplinaridade.

Segundo Jezine (2004, p. 332), nos últimos trinta anos

do contexto histórico do Brasil, ocorreram mudanças políticas, econômicas e sociais que influenciaram nas discussões teóricas sobre a caracterização ou não da extensão como uma função da universidade. Três concepções de extensão universitária foram formuladas: a concepção assistencialista, a acadêmica e a mercantilista.

A extensão voltada apenas para a prestação de serviços em uma perspectiva marcadamente assistencialista está voltada para o atendimento das necessidades sociais das comunidades carentes. Vários autores criticam essa forma de extensão que “evoca a si responsabilidades de intervenção extramuros a partir do argumento do ‘compromisso social’ da universidade, muitas vezes substitutivos da ação governamental” (Jezine, 2004, p. 333). Trata-se de um modelo inspirado nas práticas americanas de extensão cooperativa, que se incorpora às práticas da universidade como prestação de serviços sob a forma de cursos práticos, serviços técnicos, assistenciais e conferências.

Para Jezine, a concepção da extensão como uma função acadêmica está em oposição à idéia de que ela seja uma atividade menor, que pode ser realizada por professores não titulados, nas sobras de tempo disponível, e que as ações junto às comunidades carentes são expressões de uma solidariedade individual, um simples ato de caridade. A extensão universitária deve ser “parte integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, envolvendo professores e alunos de forma dialógica, promovendo a alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilite a formação crítica” (JEZINE, 2004, p. 334).

A autora observa que a perspectiva ideológica da extensão de caráter acadêmico não é a mesma da extensão assistencialista, ainda que se priorize a comunidade carente, pois se trabalha junto a ela para potencializar a sua organização e autonomia. O princípio da integração ensino-pesquisa-extensão, intrínseco nesta concepção, traz à luz um novo pensar e fazer, que se consubstancia numa postura de organização e intervenção na realidade, onde a comunidade deixa de ser passiva e passa a ser participativa e crítica (JEZINE, 2004, p. 335).

Para Jezine, as atividades de extensão universitária numa perspectiva acadêmica têm a pretensão de ir além dos limites da “ciência técnica, do currículo fragmentado e da visão do homem como objeto a ser manipulado, encaminhando-se para uma visão multidimensional, em que as dimensões político-social-humana estejam presentes na formação do sujeito, concebido como ser histórico” (JEZINE, 2004, p. 336). Estão claros nesta concepção o caráter interdisciplinar e o compromisso ético, que são essenciais para realizar a sustentabilidade.

Jezine (2004, p. 336) lembra que transformações, como a globalização da economia, abertura de mercados, flexibilização das relações de trabalho e redução dos gastos

estatais com as instituições sociais, ocorridas no Brasil com o advento do neoliberalismo, provocaram mudanças no que se refere ao papel social da universidade e da extensão universitária.

As concepções ideológicas sobre universidade e extensão adquiriram outra significação na prática curricular. Houve um enfraquecimento tanto da concepção assistencialista como da acadêmica. Para Jezine, outra concepção ideológica tem se formado diante das exigências da globalização, “acentuando a dimensão exterior à universidade, bem como os aspectos econômicos e de parcerias com outras instituições” (JEZINE, 2004, p. 336), deixando de privilegiar o atendimento aos excluídos e passando a tratar a todos como consumidores.

A terceira concepção de extensão estrutura as suas ações a partir do atendimento às demandas da sociedade, que não são mais vistas como carências sociais, mas como novas possibilidades de serviços. A venda de serviços torna-se o mecanismo para articular a universidade à sociedade civil, transformando-a em produtora de bens e serviços, o que constitui uma concepção acentuadamente mercantilista.

Tecendo considerações a partir da universidade pública, Jezine avalia que a extensão mercantilista traz no seu bojo a ideologia “de um projeto de privatização da universidade que substitui a possibilidade de igualdade de acesso pelo pagamento de taxas e pela adoção de outros instrumentos que não representam a identidade de uma universidade pública e gratuita” (JEZINE, 2004, p. 337).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de todo o exposto acima, faz-se necessária a realização de três considerações para concluir este artigo:

- A assistência social pura e simples, que se dá a partir do atendimento às demandas sociais, por intermédio da prestação de serviços, não tem o caráter transformador necessário para atender aos imperativos da ética, da sustentabilidade e da interdisciplinaridade, apesar da sua relevância do ponto de vista humanitário.

- A mercantilização da extensão por meio da prestação de serviços remunerados pode enfrentar dificuldades para atender aos três imperativos, dado o caráter particular das relações, que atendem principalmente aos interesses privados de grupos, indivíduos e organizações que têm como pagar pelos serviços prestados.

- A extensão de caráter acadêmico tem, intrinsecamente, condições de atender aos imperativos, por conta da integração entre ensino, pesquisa e extensão, por conta de estabelecer uma relação dialógica entre universidade e sociedade e por ser parte integrante da dinâmica curricular

do processo de formação e de produção de conhecimento, “envolvendo professores e alunos de forma dialógica, promovendo a alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilite a formação crítica” (JEZINE, 2004, p. 334).

Referências Bibliográficas

- BOFF, Leonardo. Ética e moral: a busca dos fundamentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.
- BUARQUE, Cristovam. A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. Nossa própria agenda. Rio de Janeiro: BID e PNUD, 1992.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. (Relatório Brundtland – 20 de março de 1987).
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Ocidente, água e sabedoria: aprendendo a viver em paz. In: MAGALHÃES, Dulce (org.). A paz como caminho. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- DOWBOR, Ladislau. Estado e meio ambiente no Brasil: desafios institucionais. In: BURSZTIN, Marcel (org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- GONÇALVES, Carlos. W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1989.
- JEZINE, Edineide. As práticas curriculares da extensão universitária. In: CUNHA, Eleonora Schettini Martins Cunha; CARVALHO, Alysson Massote (org.). (Re)conhecer diferenças, construir resultados. Brasília: UNESCO, 2004.
- LASLO, Ervin. A necessidade de uma ética planetária. In: MAGALHÃES, Dulce (org.). A paz como caminho. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- MEADOWS, Dennis I. et al. Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- NOVAES, Washington. Agenda 21: um novo modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, André (coord.). Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.
- PELIZZOLI, Marcelo L. Correntes da ética ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, 1993.
- Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.